

AprovaOAB

# Guia High-Yield OAB — Primeira Fase 2026

15 temas que viram ponto na prova objetiva, com casos FGV, enquadramento jurídico, fundamentos, pegadinhas e questões originais comentadas.

## Referência rápida de decisão jurídica

OAB 1ª FASE 2026

### ÉTICA

Promessa de resultado + consulta  
grátis como isca  
Captação indevida, mesmo em rede social

### PROC. CIVIL

Intimação em advogado que  
denunciou  
Nulidade se houver prejuízo ao contraditório

### TRIBUTÁRIO

Taxa com base idêntica ao IPTU  
Nome do tributo não salva vício de base

### HUMANOS

Lei interna contraria tratado  
Aplicar controle de convencionalidade

### Regra de prova que aparece em todos os blocos

A alternativa correta identifica o instituto pelo discriminador: legitimidade, prazo, competência, fundamento legal e consequência jurídica concreta.

Edição flagship — linha comercial AprovaPRO

## Sumário executivo

Este guia foi escrito para leitura ativa: cada bloco começa com um caso concreto em estilo FGV, força o discriminador que separa institutos parecidos e fecha com uma questão original. Use as tabelas como mapa de revisão e os fundamentos numerados como trilho de decisão.

01. Ética e Estatuto: honorários, captação e prerrogativas
02. Constitucional: direitos fundamentais e remédios constitucionais
03. Processo Civil: nulidades, recursos e preclusão
04. Penal: tipicidade, ilicitude e culpabilidade
05. Civil: contratos, inadimplemento e responsabilidade
06. Processo Penal: flagrante, audiência de custódia e prisão preventiva
07. Trabalhista: rescisão, verbas e justa causa
08. Tributário: princípios, imunidades e anterioridade
09. Administrativo: atos administrativos e licitação
10. Consumidor: práticas abusivas e responsabilidade pelo serviço
11. Empresarial: tipos societários, responsabilidade e desconsideração
12. Ambiental e Estatutos especiais: responsabilidade, infância e idoso
13. ECA e Pessoa com Deficiência: prioridade, capacidade e proteção integral
14. Direitos Humanos: tratados, controle de convencionalidade e sistema interamericano
15. Internacional e Filosofia Jurídica: competência, tratados e interpretação

### Como estudar cada bloco

Leia a vinheta e marque os dados de gravidade



Compare diferenciais pelo discriminador, não por palavra solta



Responda a questão antes de ver o gabarito

## Mapa de Decisão Rápida

Dor torácica	Duração, irradiação, sintomas autonômicos e fatores de risco	Tratar ansiedade antes de ECG e risco isquêmico
Ética	Promessa de resultado, captação e honorários sem contrato	Confundir publicidade informativa com venda livre
Constitucional	Bem jurídico atingido define remédio constitucional	Usar mandado de segurança para tudo
Processo Civil	Prejuízo, ciência válida e recurso contra sentença	Invocar preclusão sem intimação válida
Tributário	Espécie tributária, base de cálculo e anterioridade	Aceitar o nome dado pelo legislador sem checar hipótese
Consumidor	Condicionamento, informação e contrato de adesão	Achar que assinatura valida cláusula abusiva

Leitura de prova: a alternativa correta costuma proteger o paciente antes de fechar diagnóstico definitivo. Quando houver instabilidade, alteração de consciência, gestação com pressão grave, criança febril prostrada ou sinal de extravasamento, a conduta segura vem antes do exame perfeito. Use este mapa para localizar o erro de prioridade: alta precoce, exame tardio, antibiótico fraco, ausência de reavaliação ou confusão entre notificação e denúncia.

Revisão ativa: cubra a coluna de conduta e tente reconstruir o próximo passo apenas com o dado decisivo. Se você precisar reler a vinheta inteira para escolher, o discriminador ainda não foi automatizado.

## Matriz de Véspera FGV

Esta matriz não substitui os blocos. Ela concentra os pontos em que a FGV costuma trocar o instituto correto por um vizinho convincente. Leia cada linha como uma pergunta de eliminação: se o enunciado tiver o dado da primeira coluna, a alternativa correta precisa respeitar a consequência jurídica da terceira coluna.

Advogado divulga serviço em rede social	Publicidade sempre livre	É informativa se sóbria; promessa de resultado vira captação.
Dado pessoal errado em cadastro público	Mandado de segurança	Habeas data é específico para acesso ou retificação.
Sentença com nulidade anterior	Agravo de instrumento	Apelação comporta preliminar de nulidade.

Agressão atual repelida com moderação	Crime sem excludente	Legítima defesa atua na ilicitude.
Contrato atrasado e inútil ao credor	Mora simples	Perda de utilidade aponta inadimplemento absoluto.
Flagrante com pedido genérico de preventiva	Preventiva automática	Fundamento concreto é indispensável.
Duas faltas no emprego	Abandono	Exige ausência prolongada e intenção de abandonar.
Taxa com base de IPTU	Taxa válida pelo nome	Base própria de imposto contamina a taxa.
Emergência em licitação	Dispensa ampla	Objeto deve ficar limitado à urgência.
Contrato de adesão assinado	Validação total	Cláusula abusiva pode ser nula.
Dívida de limitada	Sócio sempre responde	Autonomia patrimonial só cede com abuso.
Multa ambiental paga	Reparação dispensada	Esferas são independentes.

## Mapa de Artigos e Consequências

A primeira fase raramente exige decorar número isolado. Ela exige saber que consequência o artigo produz no caso concreto. Use este mapa como ponte entre lei seca e alternativa objetiva. Quando uma alternativa citar artigo sem conectar fato, requisito e efeito, trate como resposta incompleta: a FGV premia subsunção, não ornamentação legislativa.

Ética	Estatuto da Advocacia e Código de Ética	Prerrogativa protege defesa; publicidade não pode virar captação.
Constitucional	Art. 5º e remédios constitucionais	Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e ação popular não são intercambiáveis.
Processo Civil	CPC: nulidades e apelação	Prejuízo e oportunidade real de impugnar definem nulidade e preclusão.
Penal	CP: excludentes e imputabilidade	A ordem analítica evita confundir tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

Civil	CC: mora, inadimplemento e boa-fé	Risco ordinário do devedor não vira força maior por declaração unilateral.
Processo Penal	CPP: flagrante, custódia e preventiva	Flagrante não autoriza prisão preventiva automática.
Trabalho	CLT: justa causa e rescisão	Pena máxima exige prova, imediatidade e proporcionalidade.
Tributário	CF e CTN: taxa, imunidade, anterioridade	Nome do tributo, base de cálculo e prazo de cobrança precisam conversar.
Administrativo	Lei 14.133 e atos administrativos	Contratação direta exige motivação e objeto limitado.
Consumidor	CDC: informação e abusividade	Contrato de adesão não legitima surpresa, venda casada ou alteração unilateral ampla.
Empresarial	CC: limitada e desconsideração	Inadimplemento não basta; abuso patrimonial muda o jogo.
Humanos	CADH e Constituição	Controle de convencionalidade impede resposta soberanista absoluta.

## Roteiro de Eliminação de Alternativas

Antes de marcar, faça quatro perguntas. Primeira: a alternativa respeita a legitimidade correta? Segunda: respeita o instrumento processual correto? Terceira: trata exceção como regra? Quarta: usa fundamento abstrato quando o enunciado exige dado concreto? A maioria dos erros de primeira fase nasce de uma dessas quatro falhas.

Quem pode propor?	Associação proposta como autora de ação popular	Ação popular é do cidadão; associação usa outras vias coletivas.
Qual instrumento?	MS no lugar de habeas data	Dado pessoal em cadastro público chama habeas data.
É regra ou exceção?	Justa causa presumida por falta leve	Justa causa é exceção e exige falta grave.

Há fundamento concreto?	Preventiva por clamor social	Ameaça à testemunha é concreta; clamor é abstrato.
A palavra da lei foi checada?	Taxa com base de IPTU validada pelo rótulo	Base revela natureza e vício.

## Checklist Final por Disciplina

Use este checklist na última passagem antes de simulados. A função dele é impedir que uma alternativa aparentemente técnica vença por familiaridade. Cada linha contém um comando mental, o dado que confirma o caminho e o erro que deve ser eliminado.

Ética	Pergunte se há sobriedade, sigilo, independência e ausência de promessa	Confundir marketing jurídico com comércio comum.
Constitucional	Localize o direito atingido antes de escolher o remédio	Usar mandado de segurança como resposta universal.
Processo Civil	Verifique prejuízo, ciência válida, decisão recorrida e prazo lógico	Declarar nulidade sem prejuízo ou preclusão sem ciência.
Penal	Suba a escada: fato típico, ilicitude, culpabilidade e punibilidade	Misturar legítima defesa com menoridade penal.
Civil	Pergunte se a prestação ainda é útil e se o risco era ordinário	Aceitar força maior sem evento externo inevitável.
Processo Penal	Separe captura em flagrante de manutenção da prisão	Converter flagrante em preventiva por gravidade abstrata.
Trabalho	Teste falta grave, imediatidade e proporcionalidade	Aplicar justa causa por qualquer indisciplina.
Tributário	Confira espécie, base, competência, anterioridade e imunidade	Acreditar no rótulo dado pela lei.
Administrativo	Procure motivação, finalidade, competência e objeto	Confundir emergência real com contratação ilimitada.
Consumidor	Leia informação prévia, liberdade de escolha e equilíbrio contratual	Tratar contrato assinado como renúncia total.
Empresarial	Preserve autonomia até aparecer abuso patrimonial	Responsabilizar sócio por simples inadimplemento.

Ambiental	Separe multa, reparação e responsabilidade objetiva	Achar que sanção administrativa encerra o dano.
ECA e PCD	Troque favor por acessibilidade e autonomia	Transformar inclusão em prova simplificada ou segregação.
Direitos Humanos	Compare lei interna com tratado e proporcionalidade	Chamar tratado de recomendação sem efeito.
Internacional	Liste conexões antes de aceitar foro estrangeiro absoluto	Usar moeda ou foro como imunidade jurisdicional.
Filosofia	Interprete texto com boa-fé, finalidade e coerência	Reduzir hermenêutica a literalidade isolada.
Prova FGV	Desconfie de sempre, nunca, automático e absoluto	Marcar alternativa categórica sem testar exceções.
Reta final	Errou por troca de instituto? Reescreva o discriminador	Revisar teoria inteira sem atacar o erro real.

## Mini-Simulado de Aquecimento

Antes de entrar nos blocos, use estes itens curtos para calibrar o olhar. A resposta não depende de decorar texto legal, mas de reconhecer o instituto pelo dado que muda o enquadramento.

Advogado promete resultado em prazo certo no anúncio	Captação indevida	Publicidade informativa não admite promessa de êxito.
Cadastro público contém dado pessoal falso	Habeas data	O objeto é acesso ou retificação de informação pessoal.
Parte não foi intimada validamente e virou revel	Nulidade com prejuízo	Sem ciência real, contraditório fica comprometido.
Menor de 18 anos pratica fato típico	Inimputabilidade penal	Idade é aferida na data do fato.
Taxa usa base de cálculo de imposto	Vício tributário	Espécie tributária exige base compatível.
Multa ambiental já foi paga	Reparação ainda devida	Sanção administrativa não substitui recomposição do dano.

Gabarito mental: se a alternativa troca o instrumento específico por solução genérica, desconfie. Se transforma exceção em regra, desconfie. Se usa palavra absoluta para problema que depende de requisito, desconfie duas vezes.

## Questão Impossível: Diagnóstico Parcial

Esta questão é propositalmente acima do nível médio da primeira fase. Ela não serve para decorar; serve para revelar qual camada do raciocínio jurídico ainda quebra quando a FGV mistura disciplinas.

Uma advogada anuncia promessa de resultado, assume causa sem contrato escrito, impetra mandado de segurança para corrigir dado pessoal falso em cadastro público, pede preventiva por clamor social em flagrante regular, e defende taxa municipal com base idêntica ao IPTU. Qual sequência corrige todos os erros?

Ética	Promessa de resultado indica captação; honorários podem ser arbitrados	Confundir publicidade com comércio e contrato verbal com gratuidade
Constitucional	Dado pessoal falso pede habeas data, não mandado de segurança	Usar remédio constitucional genérico
Processo Penal	Preventiva exige fundamento concreto, não clamor social	Converter flagrante automaticamente
Tributário	Taxa não pode copiar base de cálculo de imposto	Aceitar o rótulo legal sem checar espécie tributária

Se você errou duas ou mais camadas, a leitura isolada de lei seca não basta. A trilha adaptativa inteligente mede esses cruzamentos por dificuldade e discriminação do item, mostrando se o erro nasce em memória, enquadramento ou troca de instituto.

## Jurisprudência em Modo Prova

Na primeira fase, jurisprudência raramente aparece como tese solta. Ela entra como consequência prática: qual instrumento cabe, qual poder pode agir, qual direito limita a atuação estatal e qual requisito impede uma resposta automática. A tabela abaixo traduz teses recorrentes em comandos de eliminação.

Ética	Prerrogativas não são privilégios pessoais	A alternativa errada trata acesso a autos e comunicação com cliente como favor da autoridade.
Constitucional	Direitos fundamentais irradiam efeitos para relações públicas e privadas	A alternativa errada reduz o direito a declaração programática sem consequência.

Processo Civil	Primazia do mérito convive com contraditório efetivo	A alternativa errada aproveita ato que gerou prejuízo defensivo real.
Penal	Excludente deve ser analisada com dados concretos	A alternativa errada nega legítima defesa por exigir fuga ou heroísmo.
Processo Penal	Prisão cautelar precisa de fundamento concreto	A alternativa errada usa gravidade abstrata ou clamor social como senha.
Consumidor	Informação adequada antecede contratação válida	A alternativa errada transforma contrato de adesão em autorização para surpresa.
Empresarial	Autonomia patrimonial é regra; abuso é exceção provada	A alternativa errada atinge sócio não administrador sem participação no abuso.
Ambiental	Reparação integral não é substituída por multa	A alternativa errada confunde sanção administrativa com recomposição do dano.
Direitos Humanos	Tratado de direitos humanos limita aplicação de norma interna	A alternativa errada trata compromisso internacional como conselho político.
Internacional	Foro estrangeiro deve ser lido com conexões legais	A alternativa errada usa a cláusula como bloqueio absoluto e automático.

## Bloco 01 — Ética e Estatuto: honorários, captação e prerrogativas

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

**Bloco 01 — Ética e Estatuto: honorários, captação e prerrogativas**

Promessa de resultado + consulta gratuita como isca → Publicidade informativa não vira captação mercantil → Reconhecer infração ética e preservar prerrogativa

Traço medido	Ética aplicada sob pressão de caso concreto
Item fácil	Identifica promessa de resultado como infração
Item médio	Diferencia honorário sem contrato escrito de gratuidade

Item difícil	Combina prerrogativa, publicidade e honorários no mesmo enunciado
--------------	---

Marina, advogada recém-inscrita, abriu perfil profissional em rede social e publicou anúncio com a frase: “resolvo sua ação em até 30 dias, primeira consulta gratuita, pagamento só no êxito”. No mesmo mês, aceitou atuar para uma empresa em contrato verbal de cobrança judicial, sem combinar honorários por escrito. Após ganhar a causa, a cliente se recusou a pagar qualquer valor além das custas, alegando que não havia contrato formal. Em paralelo, Marina foi impedida por servidor de examinar autos de processo público sem procuração, embora o feito não tramitasse sob sigilo. O caso mistura três núcleos clássicos da FGV: publicidade profissional, honorários advocatícios e prerrogativas de acesso aos autos.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Publicidade informativa permitida	Divulgação discreta, sem promessa de resultado, sem mercantilização e sem captação agressiva	Pode informar área de atuação, contatos e qualificação, respeitando sobriedade profissional.
Captação indevida de clientela	Promessa de êxito, consulta gratuita como isca, comparação mercantil, urgência artificial ou oferta massiva	Viola dever ético e pode gerar apuração disciplinar.
Honorários convencionados	Contrato escrito é a via segura, mas a ausência de escrito não torna o trabalho gratuito	Honorários podem ser arbitrados, observada atuação, tabela e proveito econômico.
Prerrogativa de examinar autos	Processo sem sigilo permite exame mesmo sem procuração, nos limites legais	Impedimento injustificado viola prerrogativa profissional.

### Fundamento legal em passos numerados

- Separe publicidade informativa de captação. A OAB admite presença profissional, mas rejeita promessa de resultado, linguagem de venda e indução de contratação por vantagem artificial.
- Leia “pagamento só no êxito” com cautela: honorário de êxito é possível, mas publicidade prometendo resultado e consulta gratuita como chamada comercial desloca o caso para mercantilização.
- Em honorários, diferencie existência do direito à remuneração da prova do valor contratado. Se não há contrato escrito, isso dificulta a cobrança do combinado, mas não apaga a prestação de serviço.

- Para prerrogativas, identifique sigilo. Se o processo é público, o advogado pode examinar autos mesmo sem procuração; se há sigilo, a procuração passa a ser exigida.
- Na questão objetiva, a alternativa correta costuma combinar dois movimentos: reconhecer infração ética na publicidade e proteger prerrogativa de acesso aos autos públicos.

### **Pegadinha da banca**

A FGV gosta de fazer o candidato confundir “advogado pode divulgar serviços” com “advogado pode vender como empresa comum”. O erro do candidato confiante é achar que qualquer anúncio digital é permitido porque a advocacia se modernizou. A permissão é informativa, não mercantil. Outra armadilha é dizer que sem contrato escrito não há honorários; isso ignora o arbitramento e o valor econômico do serviço. Por fim, muitos erram ao exigir procuração para todo exame de autos, esquecendo a diferença entre processo público e processo sigiloso.

### **Questão original estilo FGV**

Marina, advogada, anuncia em rede social “resultado em 30 dias, consulta gratuita e pagamento só no êxito”, atua sem contrato escrito e depois é impedida de examinar autos públicos sem procuração. À luz do Estatuto e da ética profissional, assinale a afirmativa correta.

- A. A publicidade é regular, pois redes sociais permitem linguagem comercial livre, mas Marina não terá direito a honorários sem contrato escrito.
- B. A publicidade pode caracterizar captação indevida; a ausência de contrato escrito não torna o serviço gratuito; e o exame de autos públicos, em regra, não depende de procuração.
- C. Toda publicidade advocatícia é proibida, e todo acesso a autos exige procuração, ainda que não haja sigilo.
- D. A promessa de resultado é admitida se o pagamento depender do êxito, pois isso demonstra alinhamento de interesses com o cliente.

Gabarito: B. A alternativa une os três discriminadores: publicidade não pode prometer resultado nem captar clientela; honorários podem ser arbitrados mesmo sem contrato escrito; e autos públicos podem ser examinados sem procuração, salvo restrições legais.

### Visual substantivo sugerido

“Resultado em 30 dias”	Há promessa de êxito?	Indício de mercantilização e infração ética.
Sem contrato escrito	O trabalho vira gratuito?	Não; pode haver arbitramento de honorários.
Autos sem sigilo	Procuração é indispensável?	Em regra, não para simples exame.
Rede social profissional	Publicidade é sempre proibida?	Não; deve ser informativa e sóbria.

### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Promessa de resultado + consulta gratuita como isca; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Publicidade informativa não vira captação mercantil; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Reconhecer infração ética e preservar prerrogativa. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Promessa de resultado + consulta gratuita como isca
Discriminador que separa institutos parecidos	Publicidade informativa não vira captação mercantil
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Reconhecer infração ética e preservar prerrogativa

## Bloco 02 — Constitucional: direitos fundamentais e remédios constitucionais

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

**Bloco 02 — Constitucional: direitos fundamentais e remédios constitui**

Dado pessoal falso em banco público

→

Habeas data é específico; MS é residual

→

Escolher remédio pelo direito atingido

João, servidor municipal, descobre que um banco de dados público mantém informação equivocada sobre suposta condenação criminal inexistente, o que tem impedido sua nomeação para cargo em comissão. Ele requer administrativamente a correção, mas o órgão se recusa sem justificar. No mesmo período, uma associação de moradores deseja anular contrato administrativo lesivo ao patrimônio público, mas não tem autorização expressa de todos os associados. Uma terceira pessoa, presa por ordem manifestamente ilegal de autoridade administrativa, precisa de medida

urgente. O enunciado força o candidato a escolher entre habeas data, mandado de segurança, ação popular e habeas corpus conforme o bem jurídico protegido.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Habeas corpus	Liberdade de locomoção ameaçada ou violada por ilegalidade ou abuso	Prisão ilegal, ameaça concreta de prisão ou constrangimento à locomoção.
Habeas data	Acesso, conhecimento ou retificação de dados pessoais em registro público ou de caráter público	Informação pessoal errada em banco de dados governamental ou público.
Mandado de segurança	Direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data	Ato ilegal de autoridade com prova pré-constituída.
Ação popular	Cidadão busca anular ato lesivo ao patrimônio público, moralidade, meio ambiente ou patrimônio histórico-cultural	Legitimidade ativa é do cidadão, não da associação como pessoa jurídica.

### Fundamento legal em passos numerados

- Comece pelo direito material atingido. Se envolve locomoção, pense primeiro em habeas corpus. Se envolve dado pessoal em registro público, pense em habeas data.
- Use mandado de segurança como ferramenta residual para direito líquido e certo quando não couber habeas corpus ou habeas data. A FGV costuma oferecer MS como distrator elegante.
- Na ação popular, grave o discriminador: a legitimidade é do cidadão. Associação pode ter outras ações coletivas, mas não substitui automaticamente o cidadão na ação popular.
- Para habeas data, observe a tentativa administrativa de acesso ou correção. A recusa ou omissão fortalece o cabimento.
- Direitos fundamentais têm aplicação imediata, mas a questão objetiva normalmente cobra a via processual correta, não discurso abstrato sobre dignidade.

### Pegadinha da banca

O erro clássico é marcar mandado de segurança para qualquer abuso estatal. Ele é importante, mas não atropela remédios específicos. Se o problema é dado pessoal em cadastro público, a banca quer habeas data; se é locomoção, habeas corpus. Outro tropeço é entregar ação popular para associação, porque a palavra “moradores” soa coletiva. A ação popular exige cidadão no polo ativo. A FGV também gosta de misturar “direito líquido e certo” com informação pessoal, para ver se o candidato conhece a especialidade do habeas data.

**Questão original estilo FGV**

João pretende corrigir dado pessoal falso em banco de dados público, após recusa administrativa. Uma associação quer anular contrato lesivo ao patrimônio público. Uma pessoa está presa por ordem administrativa manifestamente ilegal. Assinale a afirmativa correta.

- A. João deve impetrar mandado de segurança, a associação deve propor ação popular e a pessoa presa deve manejar habeas data.
- B. João deve manejar habeas data; a ação popular deve ser proposta por cidadão; e a prisão ilegal desafia habeas corpus.
- C. Todos os casos são resolvidos por mandado de segurança, por envolverem atos de autoridade.
- D. A associação pode propor ação popular em nome próprio, pois a lesão é coletiva.

Gabarito: B. Habeas data protege dado pessoal em registro público; ação popular é instrumento do cidadão; e habeas corpus tutela liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso.

**Visual substantivo sugerido**

Locomoção	Habeas corpus	Mandado de segurança genérico
Dado pessoal em cadastro público	Habeas data	Mandado de segurança
Direito líquido e certo residual	Mandado de segurança	Ação popular
Patrimônio público lesado	Ação popular por cidadão	Associação como autora direta

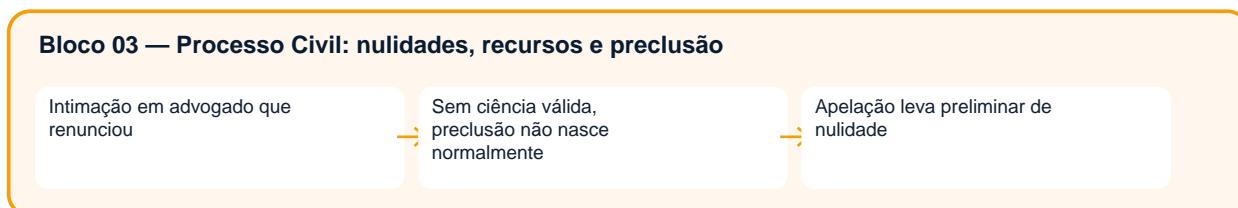
**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Dado pessoal falso em banco público; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Habeas data é específico; MS é residual; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Escolher remédio pelo direito atingido. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Dado pessoal falso em banco público
Discriminador que separa institutos parecidos	Habeas data é específico; MS é residual
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Escolher remédio pelo direito atingido

## Bloco 03 — Processo Civil: nulidades, recursos e preclusão

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso



Traço medido	Processo civil por consequência, não por nome do recurso
Item fácil	Reconhece apelação contra sentença
Item médio	Localiza prejuízo na intimação defeituosa
Item difícil	Afasta preclusão quando faltou oportunidade real de impugnar

Em ação indenizatória, a ré foi intimada para audiência por publicação em nome de advogado que já havia renunciado, fato comunicado nos autos. A audiência ocorreu sem comparecimento da ré, que foi considerada revel. Meses depois, na sentença, o juiz julgou procedente o pedido. Ao tomar ciência, a ré interpôs apelação alegando nulidade da intimação e cerceamento de defesa. O autor sustenta que houve preclusão, pois a ré deveria ter reclamado antes. O caso testa três filtros processuais: prejuízo, momento de arguição da nulidade e recurso cabível contra sentença.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Nulidade processual	Precisa haver prejuízo concreto ou risco real de prejuízo	Sem prejuízo, não se decreta nulidade por formalismo vazio.
Intimação em nome de advogado errado	A falha impede ciência válida da parte ou do patrono constituído	Pode gerar nulidade se comprometer contraditório.
Preclusão	A parte teve oportunidade real de alegar e ficou inerte	Se a parte não foi validamente intimada, a preclusão não nasce normalmente.
Recurso contra sentença	Sentença que encerra fase cognitiva desafia apelação	Agravo de instrumento é reservado às hipóteses legais de decisões interlocutórias.

### Fundamento legal em passos numerados

- Identifique se a falha atingiu contraditório e ampla defesa. Intimação em nome de advogado que não representa mais a parte pode impedir ciência real.

- Aplique a lógica do prejuízo. A FGV rejeita nulidade automática quando o ato atingiu sua finalidade, mas aceita nulidade quando a defesa foi efetivamente comprometida.
- Analise preclusão com cuidado. Não se exige reação anterior de quem não foi regularmente intimado do ato que deveria impugnar.
- Escolha o recurso pela natureza da decisão. Sentença é atacada por apelação, ainda que a matéria recorrida envolva nulidade anterior.
- Evite confundir nulidade relativa com inexistência do processo. Em geral, a consequência é anular atos a partir do vício, preservando o que puder ser aproveitado.

#### **Pegadinha da banca**

A FGV adora a frase “não há nulidade sem prejuízo”, mas usa isso como faca de dois gumes. O candidato confiante decora a frase e nega qualquer nulidade; o candidato atento pergunta se houve prejuízo real. Revelia decorrente de intimação defeituosa costuma ser prejuízo claro. Outra armadilha é chamar a apelação de inadequada porque a nulidade ocorreu antes da sentença. O recurso mira a sentença e leva a preliminar de nulidade. Também é comum confundir preclusão com punição automática da parte que nem teve ciência válida.

#### **Questão original estilo FGV**

A ré foi intimada para audiência em nome de advogado que havia renunciado e cuja renúncia constava dos autos. Ausente, foi considerada revel. Após sentença condenatória, interpôs apelação alegando nulidade da intimação. Assinale a afirmativa correta.

- A. A nulidade não pode ser conhecida em apelação, pois ocorreu antes da sentença.
- B. A falha pode gerar nulidade se demonstrado prejuízo ao contraditório, e a matéria pode ser suscitada como preliminar de apelação.
- C. A revelia sempre convalida qualquer vício de intimação anterior.
- D. O recurso cabível seria agravo de instrumento contra a sentença.

Gabarito: B. Intimação defeituosa que impede participação da parte pode gerar prejuízo. Sentença é impugnada por apelação, na qual a nulidade anterior pode ser alegada em preliminar.

### Visual substantivo sugerido

Intimação em advogado errado	A parte teve ciência válida?	Se não, há risco de nulidade.
Revelia após vício	Houve prejuízo defensivo?	Sim, contraditório comprometido.
Sentença proferida	Qual recurso ataca?	Apelação com preliminar de nulidade.
Parte não soube do ato	Há preclusão?	Normalmente não, pois faltou oportunidade real.

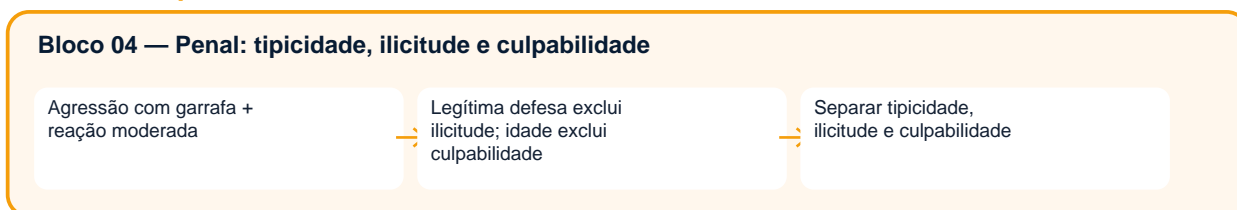
### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Intimação em advogado que renunciou; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Sem ciência válida, preclusão não nasce normalmente; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Apelação leva preliminar de nulidade. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Intimação em advogado que renunciou
Discriminador que separa institutos parecidos	Sem ciência válida, preclusão não nasce normalmente
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Apelação leva preliminar de nulidade

## Bloco 04 — Penal: tipicidade, ilicitude e culpabilidade

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso



Durante discussão em bar, Caio empurra Bruno para afastá-lo após Bruno tentar agredi-lo com uma garrafa quebrada. Bruno cai, sofre lesão leve e chama a polícia. Testemunhas dizem que Caio poderia ter saído correndo, mas também confirmam que Bruno avançou primeiro com objeto cortante. Em outro trecho do enunciado, a FGV informa que Caio tinha 17 anos e 11 meses no dia do fato. O caso mistura legítima defesa, excesso, culpabilidade e imputabilidade penal. A resposta não depende de simpatia por Caio, mas da ordem analítica do crime.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Tipicidade	Conduta se ajusta formal e materialmente a tipo penal	Lesão corporal pode ser típica se há ofensa à integridade física.
Legítima defesa	Agressão injusta, atual ou iminente, uso moderado dos meios necessários	Exclui ilicitude quando presentes os requisitos.
Excesso	Defesa ultrapassa necessidade ou moderação	Pode gerar responsabilização pelo excesso doloso ou culposos.
Inimputabilidade por menoridade	Menor de 18 anos na data do fato	Exclui culpabilidade penal, sem impedir medida socioeducativa própria.

### Fundamento legal em passos numerados

- Analise tipicidade primeiro: empurrão que causa lesão pode se ajustar ao tipo de lesão corporal. Isso não encerra o caso.
- Passe para ilicitude: se havia agressão injusta e atual com garrafa quebrada, a reação defensiva pode configurar legítima defesa.
- Examine proporcionalidade concreta. Empurrar para afastar agressor armado com garrafa tende a ser meio menos gravoso do que ataque deliberado. Se a reação continuasse após cessar a agressão, surgiria excesso.
- Verifique culpabilidade: menoridade penal é aferida pela idade na data do fato. Com 17 anos e 11 meses, não há imputabilidade penal, ainda que o fato seja típico e ilícito.
- Na prova, escolha a alternativa que respeita a ordem: fato típico, possível exclusão de ilicitude e, autonomamente, inimputabilidade por idade.

### Pegadinha da banca

A armadilha é misturar tudo em uma palavra só. Muitos candidatos dizem “não há crime” porque houve legítima defesa, sem perceber que a questão pode perguntar especificamente por tipicidade ou culpabilidade. Outro erro é usar idade na data da sentença ou da denúncia, quando o marco é a data do fato. A FGV também explora a frase “poderia ter fugido” para negar legítima defesa. No direito penal brasileiro, não se exige fuga heroica quando há agressão injusta atual; exige-se necessidade e moderação.

### Questão original estilo FGV

Caio, com 17 anos e 11 meses na data do fato, empurra Bruno para afastar agressão atual com garrafa quebrada, causando lesão leve. Consideradas as categorias do crime, assinale a afirmativa correta.

- A. A menoridade é analisada na data da sentença, de modo que Caio pode ser imputável se já tiver completado 18 anos.
- B. A reação defensiva pode excluir ilicitude se necessária e moderada, e a menoridade na data do fato afasta culpabilidade penal.
- C. A existência de lesão corporal impede qualquer discussão sobre legítima defesa.
- D. A possibilidade abstrata de fuga elimina automaticamente a legítima defesa.

Gabarito: B. Legítima defesa exclui ilicitude quando presentes agressão injusta, atualidade, necessidade e moderação. A menoridade penal é aferida na data do fato e afasta imputabilidade penal. A FGV costuma premiar quem separa as camadas, pois a mesma narrativa pode ter fato típico e, ainda assim, não gerar condenação penal.

**Visual substantivo sugerido**

Tipicidade	Empurrão com lesão	Há adequação inicial a lesão corporal.
Ilicitude	Garrafa quebrada e agressão atual	Pode haver legítima defesa.
Excesso	Reação continua após cessar risco	Responsabilização pelo excesso pode surgir.
Culpabilidade	17 anos e 11 meses no fato	Inimputabilidade penal.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Agressão com garrafa + reação moderada; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Legítima defesa exclui ilicitude; idade exclui culpabilidade; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Separar tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Agressão com garrafa + reação moderada
Discriminador que separa institutos parecidos	Legítima defesa exclui ilicitude; idade exclui culpabilidade
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Separar tipicidade, ilicitude e culpabilidade

## Bloco 05 — Civil: contratos, inadimplemento e responsabilidade

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

#### Bloco 05 — Civil: contratos, inadimplemento e responsabilidade

Atraso esvazia utilidade do contrato



Risco operacional não é força maior automática



Distinguir mora, inadimplemento e cláusula penal

Uma clínica contratou empresa de software para implantar prontuário eletrônico em 60 dias, com cláusula expressa de multa por atraso e obrigação de suporte técnico. A empresa atrasou 90 dias, entregou sistema instável e alegou caso fortuito genérico, afirmando que “houve aumento inesperado de demanda no mercado”. A clínica comprovou perda de consultas e contratação emergencial de outro fornecedor. O contrato não era de consumo, pois ambas as partes atuavam profissionalmente em relação empresarial. O caso cobra distinção entre inadimplemento absoluto, mora, cláusula penal, perdas e danos e responsabilidade contratual. A perda da agenda mostra utilidade econômica frustrada, não mero atraso neutro.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Mora	Prestação ainda é útil ao credor, embora tardia	Pode gerar juros, perdas e danos e cláusula moratória.
Inadimplemento absoluto	Prestação perdeu utilidade objetiva para o credor	Pode justificar resolução e perdas e danos.
Cláusula penal	Multa pactuada para inadimplemento ou mora	Pode ser reduzida se manifestamente excessiva.
Caso fortuito ou força maior	Evento inevitável e externo que rompe nexo	Dificuldade empresarial comum não basta.

### Fundamento legal em passos numerados

- Leia a utilidade da prestação. Se o sistema tardio ainda serviria, fala-se em mora; se a clínica precisou contratar outro fornecedor e a utilidade se perdeu, há argumento para inadimplemento absoluto.
- Dificuldade de mercado não equivale automaticamente a caso fortuito. A FGV costuma exigir evento externo, inevitável e não inerente ao risco da atividade.
- Cláusula penal não elimina toda discussão sobre perdas e danos sem análise do tipo de cláusula e do prejuízo. É preciso ver se ela substitui indenização ou se é moratória.
- Responsabilidade contratual nasce do descumprimento de dever pactuado: prazo, entrega funcional, suporte e boa-fé objetiva.

- Em relação paritária empresarial, não aplique automaticamente proteção consumerista. O enquadramento depende da posição das partes e da destinação do serviço. Se a alternativa tentar resolver tudo pelo CDC sem demonstrar vulnerabilidade ou destinação final, desconfie: a FGV costuma usar esse atalho para afastar quem não leu a natureza empresarial do contrato.

### Pegadinha da banca

A FGV usa “caso fortuito” como palavra mágica para distrair. Aumento de demanda, falta de organização interna e dificuldade operacional geralmente integram risco da atividade econômica. Outro erro é achar que atraso sempre é apenas mora: se o tempo era essencial e a prestação perdeu utilidade, pode haver inadimplemento absoluto. Também aparece a confusão entre relação empresarial e relação de consumo. Nem todo contrato com prestação de serviço é automaticamente consumo; a destinação e a vulnerabilidade importam.

### Questão original estilo FGV

Empresa de software atrasa 90 dias a implantação de sistema essencial, entrega produto instável e invoca aumento de demanda do mercado como caso fortuito. A clínica contratante comprova perda de consultas e contratação de outro fornecedor. Assinale a afirmativa correta.

- A. Aumento de demanda é caso fortuito automático e exclui responsabilidade contratual.
- B. O atraso pode configurar inadimplemento relevante se a prestação perdeu utilidade, e dificuldade operacional ordinária integra risco da atividade.
- C. Toda prestação de serviço entre empresas é relação de consumo com responsabilidade objetiva absoluta.
- D. A existência de cláusula penal impede qualquer análise de perdas e danos ou resolução contratual.

Gabarito: B. O risco operacional ordinário não rompe nexos. Se a utilidade objetiva se perdeu, o atraso pode superar mera mora e justificar consequências mais severas.

### Visual substantivo sugerido

Atraso com utilidade preservada	Credor ainda quer a prestação	Mora
Atraso que esvazia finalidade	Credor precisou substituir fornecedor	Inadimplemento absoluto
“Mercado aqueceu”	Risco ordinário da atividade	Não é força maior típica
Multa pactuada	Natureza moratória ou compensatória	Define cumulação e limites

### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Atraso esvazia utilidade do contrato; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Risco operacional não é força maior automática; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Distinguir mora, inadimplemento e cláusula penal. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Atraso esvazia utilidade do contrato
Discriminador que separa institutos parecidos	Risco operacional não é força maior automática
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Distinguir mora, inadimplemento e cláusula penal

## Bloco 06 — Processo Penal: flagrante, audiência de custódia e prisão preventiva

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

#### Bloco 06 — Processo Penal: flagrante, audiência de custódia e prisão p

Flagrante válido + pedido genérico de preventiva



Clamor social não basta; ameaça concreta muda risco



Converter só com fundamento contemporâneo

Rafael é preso por populares logo após sair correndo de uma loja com dois celulares subtraídos. A polícia chega em cinco minutos, recebe Rafael e os objetos, conduzindo-o à delegacia. O delegado lavra auto de prisão em flagrante. Na audiência de custódia, o Ministério Público requer prisão preventiva alegando genericamente “clamor social” e gravidade abstrata do furto. Rafael é primário, tem endereço certo e emprego formal, mas há notícia de ameaça feita a uma testemunha por telefone após a prisão. O caso exige separar flagrante válido, conversão em preventiva, medidas cautelares diversas e fundamentação concreta. A chave é perceber que a legalidade da captura não resolve sozinha a necessidade da prisão cautelar.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Flagrante próprio ou impróprio	Perseguição logo após o fato ou captura com objetos que indiquem autoria	Pode justificar condução inicial e lavratura do auto.
Prisão preventiva	Requisitos legais, prova da materialidade, indícios de autoria e fundamento concreto	Não cabe por gravidade abstrata isolada.
Medidas cautelares diversas	Suficientes e adequadas para risco processual menor	Preferíveis quando bastam para proteger processo ou sociedade.
Audiência de custódia	Controle judicial da legalidade, necessidade e integridade física	Juiz relaxa, converte, concede liberdade ou aplica cautelares.

### Fundamento legal em passos numerados

- Valide o flagrante: Rafael foi capturado logo após o fato com objetos subtraídos, o que sustenta a prisão em flagrante.
- Não confunda flagrante com preventiva automática. O flagrante autoriza condução inicial, mas a manutenção exige decisão judicial fundamentada.
- Rejeite fundamentação abstrata. “Clamor social” e gravidade genérica não bastam para preventiva. A FGV cobra fundamento concreto.
- Avalie dado novo: ameaça a testemunha pode indicar risco à instrução criminal, fundamento concreto para cautelar ou preventiva, conforme intensidade e adequação.
- Antes da preventiva, pergunte se cautelares diversas resolvem o risco: proibição de contato, monitoramento, comparecimento periódico ou outras medidas adequadas.

### Pegadinha da banca

A pegadinha é dupla. Primeiro, dizer que prisão por populares é sempre ilegal. Qualquer do povo pode prender em flagrante, e a polícia formaliza a condução. Segundo, converter flagrante em preventiva com base em frases vazias. A FGV exige fundamentação concreta e contemporânea. O candidato confiante também erra ao ignorar a ameaça à testemunha: esse dado não é decorativo, ele pode mudar a necessidade de cautela. A resposta correta geralmente rejeita automatismo e calibra a medida ao risco.

### Questão original estilo FGV

Rafael é contido por populares logo após subtrair celulares e entregue à polícia com os objetos. Na custódia, o MP pede preventiva por clamor social, mas há notícia concreta de ameaça à testemunha. Assinale a afirmativa correta.

A. A prisão por populares é ilegal, pois somente policial pode prender em flagrante.

- B. O flagrante pode ser válido, mas a preventiva exige fundamento concreto; ameaça à testemunha pode justificar cautela, enquanto clamor social abstrato não basta.
- C. Todo flagrante deve ser automaticamente convertido em preventiva.
- D. Primariedade impede qualquer medida cautelar, mesmo diante de ameaça à testemunha.

Gabarito: B. A captura por qualquer pessoa em flagrante pode ser válida. A manutenção da prisão depende de decisão judicial concreta; ameaça à testemunha é dado relevante, ao contrário do clamor social genérico.

**Visual substantivo sugerido**

Captura	Logo após o furto com objetos	Flagrante pode ser válido.
Custódia	Juiz controla legalidade e necessidade	Não há preventiva automática.
Fundamento do MP	Clamor social abstrato	Não sustenta preventiva sozinho.
Risco concreto	Ameaça à testemunha	Pode justificar cautelar ou preventiva.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Flagrante válido + pedido genérico de preventiva; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Clamor social não basta; ameaça concreta muda risco; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Converter só com fundamento contemporâneo. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Flagrante válido + pedido genérico de preventiva
Discriminador que separa institutos parecidos	Clamor social não basta; ameaça concreta muda risco
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Converter só com fundamento contemporâneo

## Bloco 07 — Trabalhista: rescisão, verbas e justa causa

**Enunciado-tipo FGV com dados do caso**

**Bloco 07 — Trabalhista: rescisão, verbas e justa causa**

Duas faltas após discussão

→

Abandono exige ausência prolongada e intenção

→

Afastada justa causa, retornam verbas típicas

Letícia trabalhou por quatro anos como caixa de supermercado, com salário fixo e horas extras habituais. Após discussão com gerente, faltou dois dias seguidos sem justificativa. A empresa aplicou justa causa por abandono de emprego, deixou de pagar aviso-prévio, férias proporcionais, décimo terceiro proporcional e multa do FGTS, e ainda descontou integralmente dano causado por cliente que fugiu sem pagar. Letícia ajuíza reclamação alegando que a punição foi desproporcional e que as horas extras habituais integravam a base de cálculo. O enunciado cobra justa causa, gradação da pena, verbas rescisórias e descontos salariais. A pista fina é perceber que há falta funcional, mas não necessariamente falta máxima: a alternativa correta calibra a sanção antes de calcular verbas.

#### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Justa causa	Falta grave, imediatidade, proporcionalidade e prova robusta	Punição máxima exige conduta grave e bem demonstrada.
Abandono de emprego	Ausência prolongada e intenção de abandonar	Dois dias isolados não bastam, em regra.
Dispensa sem justa causa	Ruptura imotivada pelo empregador	Gera aviso-prévio, saldo, férias, décimo terceiro e multa do FGTS.
Desconto salarial	Exige previsão legal, contratual ou dolo do empregado em dano	Risco do negócio não pode ser transferido automaticamente.

#### Fundamento legal em passos numerados

- Comece pela modalidade de ruptura. Justa causa é exceção e precisa de prova forte, pois retira verbas importantes.
- Para abandono, procure ausência prolongada e intenção clara de não retornar. Falta curta pode gerar advertência ou suspensão, mas raramente abandono.
- Se a justa causa cai, a dispensa passa a ser tratada como sem justa causa, com verbas típicas da ruptura imotivada.
- Horas extras habituais repercutem em parcelas salariais conforme natureza e base de cálculo. A banca costuma cobrar reflexos sem precisar de conta complexa.
- Desconto por dano exige cuidado: se decorre de risco empresarial ou ato de terceiro, não se transfere automaticamente ao empregado, salvo hipóteses legais ou dolo.

### Pegadinha da banca

A FGV gosta de usar um fato real de indisciplina para fazer o candidato aceitar justa causa automática. O ponto é proporcionalidade. Duas faltas injustificadas podem justificar sanção, mas abandono exige muito mais. Outro erro é esquecer que, derrubada a justa causa, renascem verbas rescisórias de dispensa imotivada. Também aparece o desconto salarial como “compensação natural” pelo prejuízo; em direito do trabalho, salário tem proteção forte e o risco do negócio é do empregador.

### Questão original estilo FGV

Empregada falta dois dias sem justificativa após discussão. A empresa aplica justa causa por abandono, nega verbas proporcionais e desconta dano causado por cliente. Assinale a afirmativa correta.

- A. Dois dias de ausência configuram abandono de emprego de forma automática.
- B. A justa causa exige falta grave proporcional e prova robusta; afastada a justa causa, são devidas verbas da dispensa imotivada.
- C. Qualquer prejuízo ocorrido no caixa pode ser descontado integralmente, ainda que causado por cliente.
- D. Horas extras habituais nunca repercutem em parcelas trabalhistas.

Gabarito: B. Abandono exige ausência prolongada e intenção de abandonar. Se a justa causa é inválida, a rescisão recebe tratamento de dispensa sem justa causa, com verbas correspondentes. A falta curta pode gerar sanção menor, não perda automática do pacote rescisório.

### Visual substantivo sugerido

Duas faltas	Há abandono?	Não, falta intenção e ausência prolongada.
Punição máxima	Houve proporcionalidade?	Justa causa exige prova robusta.
Justa causa afastada	Quais verbas surgem?	Aviso, férias, décimo terceiro, FGTS.
Dano por cliente	Pode descontar do caixa?	Não automaticamente; risco empresarial pesa.

### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Duas faltas após discussão; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Abandono exige ausência prolongada e intenção; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Afastada justa causa, retornam verbas típicas. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Duas faltas após discussão
Discriminador que separa institutos parecidos	Abandono exige ausência prolongada e intenção
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Afastada justa causa, retornam verbas típicas

## Bloco 08 — Tributário: princípios, imunidades e anterioridade

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

**Bloco 08 — Tributário: princípios, imunidades e anterioridade**

Taxa com base igual ao IPTU

→

Nome do tributo não salva base inconstitucional

→

Checar noventena, anterioridade e imunidade

Traço medido	Lei seca tributária com filtro constitucional
Item fácil	Separa taxa de imposto pelo fato gerador
Item médio	Aplica anterioridade anual e nonagesimal em sequência
Item difícil	Cruza base de cálculo, imunidade e cobrança em janeiro

Município Alfa edita lei em dezembro criando nova taxa de fiscalização de funcionamento, com cobrança já em janeiro. A base de cálculo reproduz exatamente o valor venal do imóvel usado para IPTU. No mesmo pacote, o Município tenta cobrar IPTU de templo religioso sobre imóvel próprio usado diretamente nas atividades essenciais. Uma associação educacional sem fins lucrativos também questiona imposto sobre patrimônio aplicado integralmente em suas finalidades institucionais. O caso reúne anterioridade, taxa com base de imposto e imunidade tributária. A FGV espera que o candidato confira competência, espécie tributária e limitação constitucional antes de aceitar a cobrança. O segredo é não discutir “justiça fiscal” em abstrato: a resposta nasce da espécie tributária, do prazo de eficácia e da limitação constitucional ao poder de tributar. Essa ordem evita trocar imunidade por isenção e impede aceitar cobrança imediata só porque a lei é recente.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Taxa	Deve corresponder a serviço público específico e divisível ou poder de polícia	Não pode ter base de cálculo própria de imposto.
Anterioridade anual	Tributo só pode ser cobrado no exercício seguinte ao da lei, salvo exceções	Lei de dezembro pode cobrar no ano seguinte se também respeitar noventena.
Anterioridade nonagesimal	Deve haver 90 dias entre publicação e cobrança, salvo exceções	Cobrança em janeiro pode violar noventena.
Imunidade religiosa e educacional	Protege patrimônio, renda e serviços ligados às finalidades essenciais, observados requisitos	Afasta competência tributária sobre o núcleo protegido.

### Fundamento legal em passos numerados

- Identifique a espécie tributária. Taxa não é preço público e não é imposto disfarçado; precisa de atividade estatal específica, base compatível e vínculo com fiscalização ou serviço divisível.
- Compare base de cálculo. Se a taxa usa exatamente base de imposto, como valor venal típico de IPTU, a questão aponta inconstitucionalidade.
- Aplique anterioridade em duas camadas: exercício financeiro e noventena. A cobrança em janeiro de lei publicada em dezembro costuma falhar no prazo de 90 dias.
- Em imunidade, pergunte se o patrimônio, renda ou serviço está ligado às finalidades essenciais. Não basta o nome da entidade; é preciso vínculo funcional.
- Diferencie imunidade de isenção. Imunidade está na Constituição e limita competência; isenção é benefício legal dentro de competência existente.

### Pegadinha da banca

A FGV adora chamar tudo de “taxa de fiscalização” para ver se o candidato confere base e fato gerador. Nome não salva tributo. Outra armadilha é achar que anterioridade anual basta; a noventena é filtro autônomo em muitos casos. Em imunidade, o erro é responder por simpatia institucional: templo e entidade educacional não têm carta branca para qualquer patrimônio, mas têm proteção quando o bem está relacionado às finalidades essenciais e requisitos legais.

### Questão original estilo FGV

Lei municipal de dezembro cria taxa de fiscalização cobrada em janeiro, com base igual ao valor venal do imóvel. O Município também cobra IPTU de templo em imóvel usado em culto. Assinale a afirmativa correta.

- A. A taxa é válida se a lei a chamar de taxa, ainda que use base idêntica ao IPTU.
- B. A cobrança em janeiro pode violar a anterioridade nonagesimal, e taxa não deve reproduzir base de cálculo própria de imposto.
- C. Templos nunca têm imunidade sobre imóveis, pois imunidade alcança apenas renda.
- D. Imunidade e isenção são sinônimos, ambas concedidas livremente por lei ordinária.

Gabarito: B. Taxa precisa de base compatível com sua hipótese e não pode copiar base típica de imposto. Além disso, a noventena pode impedir cobrança imediata em janeiro.

**Visual substantivo sugerido**

Taxa	Há poder de polícia ou serviço específico?	Sem isso, há vício.
Base igual ao IPTU	Copiou base de imposto?	Taxa inválida.
Lei em dezembro	Passaram 90 dias?	Cuidado com noventena.
Templo ou educação sem fins lucrativos	Bem ligado à finalidade essencial?	Imunidade pode incidir.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Taxa com base igual ao IPTU; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Nome do tributo não salva base inconstitucional; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Checar noventena, anterioridade e imunidade. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Taxa com base igual ao IPTU
Discriminador que separa institutos parecidos	Nome do tributo não salva base inconstitucional
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Checar noventena, anterioridade e imunidade

## Bloco 09 — Administrativo: atos administrativos e licitação

**Enunciado-tipo FGV com dados do caso**

**Bloco 09 — Administrativo: atos administrativos e licitação**

Emergência real + objeto ampliado sem nexos

→

Dispensa emergencial é limitada ao necessário

→

Ilegalidade gera anulação, não revogação

Secretário municipal contrata empresa de engenharia sem licitação para reforma de escola, alegando urgência porque o telhado desabou após fortes chuvas. O contrato, porém, inclui também construção de quadra esportiva planejada há dois anos e compra de mobiliário para toda a rede municipal. Meses depois, descobre-se que a empresa pertence a parente de assessor do secretário. O ato de dispensa foi publicado sem motivação concreta. O caso cobra dispensa emergencial, motivação do ato administrativo, desvio de finalidade e controle de legalidade.

#### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Dispensa emergencial	Situação urgente, risco concreto e contratação limitada ao necessário	Não autoriza pacote amplo sem vínculo com a emergência.
Motivação	Exposição dos fatos e fundamentos que justificam o ato	Ausência ou falsidade compromete legalidade.
Desvio de finalidade	Competência usada para fim diverso do previsto em lei	Vicia o ato administrativo.
Anulação e revogação	Anulação retira ato ilegal; revogação desfaz ato válido por conveniência	Administração pode anular ilegalidade e Judiciário controla legalidade.

#### Fundamento legal em passos numerados

- Separe urgência real de conveniência administrativa. Telhado desabado pode justificar contratação emergencial para reparar risco imediato.
- Limite o objeto. A emergência não cobre quadra planejada há dois anos nem mobiliário geral sem relação direta com o risco.
- Exija motivação concreta. Ato de dispensa precisa indicar fatos, urgência, razão da escolha e compatibilidade do preço.
- Verifique conflito de interesses e finalidade. Parentesco e direcionamento não invalidam automaticamente sem norma específica aplicável, mas são sinais fortes de quebra de impessoalidade e moralidade.
- Se o ato é ilegal, fala-se em anulação. Revogação seria para ato válido, por oportunidade e conveniência.

#### Pegadinha da banca

A FGV costuma usar uma emergência verdadeira para esconder excesso. O candidato vê “telhado desabou” e valida todo o contrato. O correto é fatiar o objeto: reforma urgente sim, quadra antiga e mobiliário geral não. Outra armadilha é confundir anulação e revogação. Ilegalidade pede anulação; inconveniência de ato válido pede revogação. Também é comum ignorar motivação, mas em contratação direta a motivação é o que permite controle.

**Questão original estilo FGV**

Município dispensa licitação por desabamento de telhado escolar, mas inclui no mesmo contrato quadra planejada havia dois anos e mobiliário para toda a rede, sem motivação concreta. Assinale a afirmativa correta.

- A. A emergência autoriza qualquer contratação relacionada à educação.
- B. A dispensa emergencial deve limitar-se ao necessário para enfrentar a urgência, e ausência de motivação concreta compromete a legalidade.
- C. Ilegalidade do ato deve ser tratada por revogação, nunca por anulação.
- D. A Administração não pode controlar seus próprios atos.

Gabarito: B. Emergência não é autorização geral. Contratação direta deve ser motivada e limitada ao objeto necessário para afastar o risco concreto.

**Visual substantivo sugerido**

Telhado desabado	Há urgência concreta?	Pode justificar dispensa limitada.
Quadra planejada há dois anos	Tem nexos com emergência?	Não; risco de ampliação indevida.
Sem motivação	Dá para controlar legalidade?	Ato vulnerável.
Ato ilegal	Anula ou revoga?	Anulação.

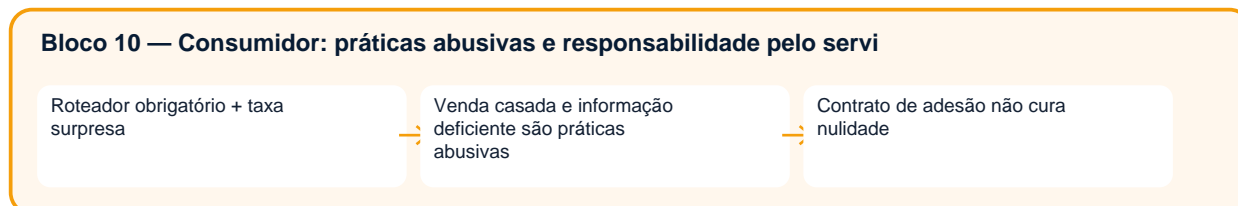
**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Emergência real + objeto ampliado sem nexos; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Dispensa emergencial é limitada ao necessário; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Ilegalidade gera anulação, não revogação. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Emergência real + objeto ampliado sem nexos
Discriminador que separa institutos parecidos	Dispensa emergencial é limitada ao necessário
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Ilegalidade gera anulação, não revogação

## Bloco 10 — Consumidor: práticas abusivas e responsabilidade pelo serviço

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso



Paula contrata pacote de internet residencial anunciado como “instalação sem custo e velocidade estável”. Após a contratação, a empresa condiciona a instalação à aquisição de roteador próprio vendido por ela, cobra taxa não informada e reduz a velocidade em horários de pico sem explicação adequada. Ao reclamar, Paula recebe resposta automática dizendo que assinou contrato de adesão autorizando alterações unilaterais. Ela sofreu perda de aulas online e precisou contratar serviço móvel emergencial. O caso cobra venda casada, informação adequada, cláusula abusiva e responsabilidade por falha na prestação.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Relação de consumo	Destinatário final, fornecedor profissional e vulnerabilidade	Aplica CDC.
Venda casada	Fornecedor condiciona produto ou serviço à aquisição de outro	Prática abusiva.
Informação adequada	Preço, taxas, limitações e características devem ser claros antes da contratação	Cobrança surpresa pode ser abusiva.
Cláusula abusiva	Desequilíbrio excessivo, alteração unilateral ou renúncia indevida de direitos	Pode ser nula de pleno direito.

### Fundamento legal em passos numerados

- Reconheça a relação de consumo: Paula contrata serviço como destinatária final perante fornecedora profissional.
- Condicionar instalação à compra de roteador específico é forte indicativo de venda casada, salvo justificativa técnica real e alternativa adequada.
- Taxa não informada viola dever de informação. O consumidor deve saber preço total e limitações relevantes antes de contratar.
- Cláusula de alteração unilateral ampla em contrato de adesão tende a ser abusiva quando coloca o consumidor em desvantagem exagerada.
- Falha na prestação do serviço pode gerar reparação, especialmente se há dano comprovado e nexos com a conduta do fornecedor.

### Pegadinha da banca

A FGV usa contrato assinado para fazer o candidato abandonar o CDC. Assinatura não cura cláusula abusiva nem informação deficiente. Outro erro é aceitar venda casada quando o fornecedor chama de “compatibilidade técnica”. Compatibilidade pode existir, mas precisa ser real e não pode servir de pretexto para impor produto próprio sem alternativa. A banca também testa a diferença entre mero aborrecimento e dano demonstrado; perda concreta de aula e contratação emergencial tornam o prejuízo mais palpável.

### Questão original estilo FGV

Fornecedor de internet condiciona instalação à compra de roteador próprio, cobra taxa não informada e invoca contrato de adesão que permite alteração unilateral ampla. Assinale a afirmativa correta.

- A. O contrato assinado impede qualquer discussão sobre abusividade.
- B. A conduta pode configurar venda casada, violação ao dever de informação e cláusula abusiva em contrato de adesão.
- C. Toda limitação de velocidade é ilícita, ainda que clara e tecnicamente justificada.
- D. Consumidor só é protegido se provar hipossuficiência econômica absoluta.

Gabarito: B. O CDC protege informação clara, equilíbrio contratual e liberdade de escolha. Condicionar serviço a produto próprio e cobrar taxa surpresa são sinais de prática abusiva.

### Visual substantivo sugerido

Compra obrigatória de roteador	Há condicionamento sem alternativa?	Venda casada provável.
Taxa surpresa	Foi informada antes?	Violação do dever de informação.
Alteração unilateral	Gera desvantagem exagerada?	Cláusula abusiva.
Aulas perdidas	Há dano e nexo?	Indenização pode ser discutida.

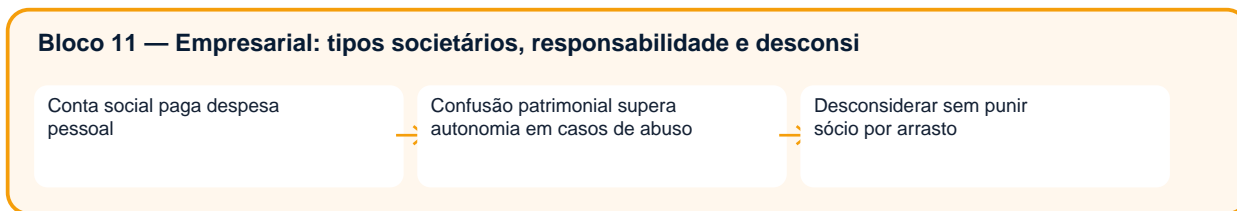
### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Roteador obrigatório + taxa surpresa; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Venda casada e informação deficiente são práticas abusivas; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Contrato de adesão não cura nulidade. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Roteador obrigatório + taxa surpresa
Discriminador que separa institutos parecidos	Venda casada e informação deficiente são práticas abusivas
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Contrato de adesão não cura nulidade

## Bloco 11 — Empresarial: tipos societários, responsabilidade e desconsideração

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso



Três amigos constituem sociedade limitada para vender equipamentos médicos. O contrato social prevê quotas iguais, capital integralizado e administração exclusiva por Ana. Sem autorização dos demais, Ana mistura valores da empresa com despesas pessoais, paga viagem familiar com conta social e transfere bens da sociedade para outra empresa de seu cônjuge. Credor não recebe dívida vencida e pede responsabilização direta de todos os sócios, inclusive Bruno, que nunca administrou, não recebeu bens desviados e integralizou suas quotas. O enunciado cobra responsabilidade na limitada, autonomia patrimonial, abuso e desconsideração da personalidade jurídica. O dado decisivo não é a dívida em si, mas a passagem de patrimônio social para finalidade pessoal ou para pessoa ligada à administradora.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Sociedade limitada	Responsabilidade dos sócios limitada ao valor das quotas, observada integralização	Sócio que integralizou não responde automaticamente por toda dívida social.
Administrador	Atua em nome da sociedade dentro dos poderes	Pode responder por abuso, infração legal ou violação contratual.
Confusão patrimonial	Mistura de bens pessoais e sociais	Indica abuso para desconsideração.
Desconsideração	Abuso de personalidade por desvio de finalidade ou confusão patrimonial	Alcança bens de sócios ou administradores beneficiados, conforme caso.

### Fundamento legal em passos numerados

- Comece pela regra: sociedade limitada possui autonomia patrimonial, e sócios não respondem automaticamente por dívida social.
- Verifique integralização. Se quotas estão integralizadas, a responsabilidade ordinária do sócio não administrador é ainda mais restrita.
- Identifique abuso: pagamento de despesas pessoais e transferência de bens para empresa de familiar indicam confusão patrimonial e desvio de finalidade.
- A desconsideração não deve ser coletiva e automática. Atinge quem se beneficiou ou participou do abuso, conforme prova.
- Diferencie inadimplemento comum de abuso. Dívida não paga por si só não autoriza desconsideração; o que muda o caso é a confusão patrimonial.

### Pegadinha da banca

A FGV frequentemente coloca credor frustrado para induzir responsabilização de todos os sócios. Inadimplemento não derruba autonomia patrimonial sozinho. O candidato precisa procurar abuso. Outra armadilha é proteger totalmente o administrador porque “a dívida é da empresa”. Administração abusiva pode gerar responsabilização. O equilíbrio da resposta está em não punir Bruno automaticamente, mas admitir medidas contra Ana e eventuais beneficiários se comprovada confusão patrimonial.

### Questão original estilo FGV

Em sociedade limitada com quotas integralizadas, a administradora usa conta social para despesas pessoais e transfere bens a empresa do cônjuge. Credor pede responsabilização de todos os sócios. Assinale a afirmativa correta.

- A. Todo sócio de limitada responde pessoalmente por qualquer dívida social.
- B. O inadimplemento isolado basta para desconsiderar a personalidade jurídica.
- C. A confusão patrimonial pode autorizar desconsideração contra quem participou ou se beneficiou do abuso, sem responsabilizar automaticamente sócio não administrador.
- D. Administrador nunca responde por atos praticados em nome da sociedade.

Gabarito: C. A limitada preserva autonomia patrimonial, mas abuso por confusão patrimonial pode justificar desconsideração direcionada a quem praticou ou se beneficiou.

**Visual substantivo sugerido**

Quotas integralizadas	Sócio responde automaticamente?	Em regra, não.
Conta social paga viagem	Há confusão patrimonial?	Sim, sinal de abuso.
Bens enviados a empresa do cônjuge	Há desvio de finalidade?	Pode sustentar desconsideração.
Sócio não administrador	Participou do abuso?	Sem prova, não responde por arrasto.

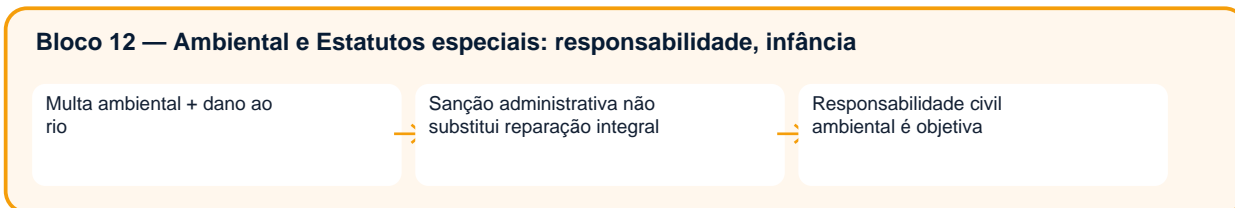
**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Conta social paga despesa pessoal; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Confusão patrimonial supera autonomia em casos de abuso; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Desconsiderar sem punir sócio por arrasto. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Conta social paga despesa pessoal
Discriminador que separa institutos parecidos	Confusão patrimonial supera autonomia em casos de abuso
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Desconsiderar sem punir sócio por arrasto

**Bloco 12 — Ambiental e Estatutos especiais: responsabilidade, infância e idoso**

**Enunciado-tipo FGV com dados do caso**



Uma indústria despeja efluentes em rio que abastece comunidade local. O órgão ambiental aplica multa administrativa e determina reparação. O Ministério Público ajuíza ação civil pública buscando recuperação da área. A empresa alega que terceirizada operava o sistema de descarte e que não houve culpa da diretoria. No mesmo enunciado, a FGV informa que a poluição atingiu escola ribeirinha frequentada por crianças e centro de convivência de idosos. A pergunta combina responsabilidade ambiental, tutela coletiva e prioridade estatutária de grupos vulneráveis.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Responsabilidade civil ambiental	Dano ambiental e nexos com atividade	Responsabilidade tende a ser objetiva, com dever de reparar.
Esferas independentes	Civil, administrativa e penal têm pressupostos próprios	Multa não substitui reparação integral.
Terceirização	Atividade poluidora foi exercida no interesse da empresa	Não afasta automaticamente responsabilidade do empreendedor.
Criança e idoso	Grupos com proteção prioritária em estatutos próprios	Reforça urgência e medidas de proteção, sem substituir reparação ambiental.

### Fundamento legal em passos numerados

- Em dano ambiental, priorize reparação integral. A pergunta não se encerra na multa administrativa.
- Responsabilidade civil ambiental é tratada de modo objetivo na prova: foco em dano, nexos e risco da atividade, não em culpa subjetiva da diretoria.
- Terceirização não funciona como escudo automático. Quem explora atividade e se beneficia dela deve controlar riscos ambientais.
- Diferencie esferas: multa administrativa, obrigação de reparar e eventual persecução penal podem coexistir, respeitados seus requisitos.
- Se crianças e idosos são afetados, a tutela coletiva pode incorporar prioridade protetiva, medidas urgentes e comunicação aos órgãos competentes.

### Pegadinha da banca

A FGV gosta de oferecer “já pagou multa, então não precisa reparar”. Isso está errado. Multa pune administrativamente; reparação recompõe ou compensa dano. Outra armadilha é exigir prova de culpa da diretoria para responsabilidade civil ambiental. A lógica é objetiva. Também aparece terceirização como tentativa de deslocar todo o risco para a contratada; em tema ambiental, isso raramente basta. A presença de crianças e idosos não muda a natureza do dano, mas reforça proteção prioritária e urgência.

### Questão original estilo FGV

Indústria polui rio, recebe multa administrativa e afirma que terceirizada operava o descarte. O MP pede reparação ambiental e medidas para proteger escola e centro de idosos atingidos. Assinale a afirmativa correta.

- A. O pagamento da multa administrativa extingue o dever de reparar o dano ambiental.

B. A responsabilidade civil ambiental depende sempre de culpa comprovada da diretoria.

C. A reparação ambiental pode ser exigida independentemente da multa, e a terceirização não afasta automaticamente a responsabilidade do empreendedor.

D. Atingir crianças e idosos elimina a necessidade de ação civil pública, pois o tema passa a ser apenas individual.

Gabarito: C. As esferas são independentes, e a reparação integral do dano ambiental não é substituída por multa. Terceirização não exclui automaticamente responsabilidade do explorador da atividade.

**Visual substantivo sugerido**

Rio poluído	Há dano e nexos?	Reparação civil objetiva.
Multa aplicada	Substitui reparação?	Não, esferas coexistem.
Operação terceirizada	Afasta responsabilidade?	Não automaticamente.
Crianças e idosos atingidos	Há prioridade protetiva?	Sim, medidas urgentes e coletivas.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Multa ambiental + dano ao rio; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Sanção administrativa não substitui reparação integral; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Responsabilidade civil ambiental é objetiva. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Multa ambiental + dano ao rio
Discriminador que separa institutos parecidos	Sanção administrativa não substitui reparação integral
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Responsabilidade civil ambiental é objetiva

## Bloco 13 — ECA e Pessoa com Deficiência: prioridade, capacidade e proteção integral

**Enunciado-tipo FGV com dados do caso**

**Bloco 13 — ECA e Pessoa com Deficiência: prioridade, capacidade e prot**

Aluno com deficiência sem Libras

→

Acessibilidade remove barreira; não é privilégio

→

Proteger imagem e garantir inclusão real

Clara, adolescente de 15 anos, com deficiência auditiva, estuda em escola particular. A direção nega intérprete de Libras em atividade avaliativa, alegando custo elevado e afirmando que Clara “poderia fazer prova simplificada em sala separada”. No mesmo mês, a escola divulga em grupo de pais imagem de Clara chorando após discussão com colegas, sob o argumento de “alertar a comunidade contra bullying”. A mãe procura orientação jurídica. A questão mistura proteção integral, educação inclusiva, adaptação razoável, vedação de discriminação e proteção da imagem.

#### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Proteção integral	Criança e adolescente são sujeitos de direitos, com prioridade absoluta	Há dever compartilhado de proteção.
Educação inclusiva	Barreiras comunicacionais ou pedagógicas impedem igualdade de acesso	Exige acessibilidade e adaptação.
Discriminação por deficiência	Recusa de adaptação ou segregação sem justificativa proporcional	Pode gerar responsabilização e obrigação de fazer.
Direito à imagem	Exposição identificável de menor em situação vexatória ou sensível	Divulgação indevida viola personalidade e proteção estatutária.
Capacidade da pessoa com deficiência	Deficiência não implica incapacidade civil automática	O foco é apoio e acessibilidade, não substituição total de vontade.

#### Fundamento legal em passos numerados

- Comece pelo sujeito protegido. Clara é adolescente e pessoa com deficiência, portanto incidem simultaneamente proteção integral, prioridade e inclusão.
- Identifique a barreira concreta: prova sem intérprete de Libras cria obstáculo comunicacional. A resposta correta não é “prova mais fácil”, mas igualdade de condições.
- Diferencie adaptação razoável de privilégio. Intérprete, acessibilidade comunicacional e método compatível não dão vantagem indevida; removem barreira.
- Segregação em sala separada só seria justificável por necessidade pedagógica real e com preservação de igualdade e dignidade. Como solução para reduzir custo ou simplificar avaliação, é discriminatória.
- A imagem de adolescente em situação de sofrimento não pode ser divulgada como advertência pública. Mesmo com boa intenção institucional, há violação de privacidade, imagem e dignidade.
- A deficiência auditiva não retira capacidade nem transforma a pessoa em objeto de tutela. A banca valoriza autonomia, acessibilidade e participação.

### Pegadinha da banca

A FGV costuma trocar a palavra “inclusão” por soluções aparentemente benevolentes: prova simplificada, sala separada, dispensa de atividade ou decisão tomada sem ouvir a pessoa. Isso parece cuidado, mas pode ser discriminação. Outro erro é tratar custo como justificativa automática para negar acessibilidade. Custo pode ser analisado na proporcionalidade, mas não apaga o direito básico de acesso. A banca também explora divulgação de imagem: combater bullying não autoriza expor a vítima. Proteção integral exige proteger a adolescente, não transformá-la em exemplo público.

### Questão original estilo FGV

Escola nega intérprete de Libras a adolescente com deficiência auditiva em prova, oferece avaliação simplificada em sala separada e divulga imagem da aluna chorando em grupo de pais. Assinale a afirmativa correta.

- A. A escola pode substituir acessibilidade por prova simplificada, pois isso reduz a dificuldade da estudante.
- B. A recusa de recurso comunicacional pode configurar discriminação; a adolescente tem direito à educação inclusiva; e a divulgação de imagem sensível viola sua proteção estatutária.
- C. A deficiência auditiva torna Clara civilmente incapaz para participar das decisões escolares.
- D. Como o objetivo era combater bullying, a divulgação da imagem é sempre lícita.

Gabarito: B. Acessibilidade não é favor nem facilitação indevida, mas condição de igualdade. A exposição pública de adolescente em sofrimento viola imagem e dignidade, ainda que a escola alegue finalidade educativa.

### Visual substantivo sugerido

Prova sem Libras	Há barreira comunicacional?	Sim; deve haver acessibilidade.
Prova “simplificada”	Remove barreira ou reduz direito?	Pode ser segregação disfarçada.
Sala separada por custo	Há justificativa pedagógica real?	Sem isso, risco de discriminação.
Foto em grupo de pais	Preserva imagem da adolescente?	Não; exposição indevida.
Deficiência auditiva	Gera incapacidade automática?	Não; exige apoio e acessibilidade.

### Quadro de decisão rápida

Aluno com deficiência precisa de recurso	“A escola pode adaptar reduzindo conteúdo”	A adaptação deve preservar igualdade, não diminuir expectativa por preconceito.
Menor envolvido em conflito escolar	“Divulgar imagem conscientiza a comunidade”	Proteção da imagem prevalece; educação não justifica exposição vexatória.
Instituição alega custo	“Custo afasta obrigação”	Acessibilidade é dever; custo só entra em análise concreta de razoabilidade.
Família pede providência	“É questão privada da escola”	Criança e adolescente atraem proteção integral e prioridade.

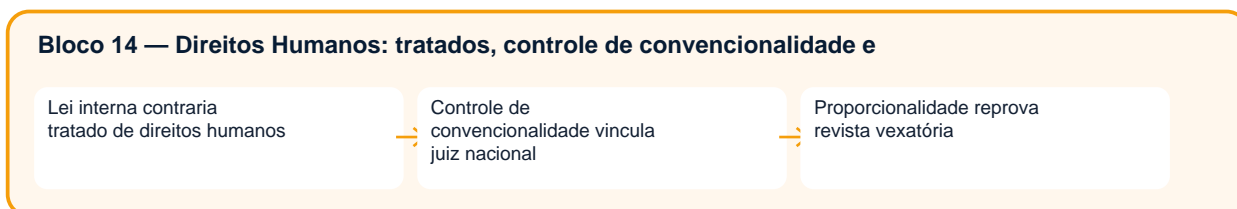
### Fechamento de prova

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Aluno com deficiência sem Libras; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Acessibilidade remove barreira; não é privilégio; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Proteger imagem e garantir inclusão real. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Aluno com deficiência sem Libras
Discriminador que separa institutos parecidos	Acessibilidade remove barreira; não é privilégio
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Proteger imagem e garantir inclusão real

## Bloco 14 — Direitos Humanos: tratados, controle de convencionalidade e sistema interamericano

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso



Traço medido	Direitos humanos como controle, não como retórica
Item fácil	Reconhece dignidade e intimidade na revista vexatória
Item médio	Diferencia constitucionalidade de convencionalidade

Item difícil	Aplica tratado supralegal contra lei interna no caso concreto
--------------	---

Uma lei estadual autoriza revista íntima vexatória de familiares de presos em todas as visitas, sem critérios individualizados. Defensoria Pública ajuíza ação alegando violação à dignidade, intimidade e tratados internacionais de direitos humanos. O Estado sustenta que, como a lei foi aprovada pela assembleia legislativa, o juiz nacional não poderia afastá-la com base em tratado. No debate, menciona-se a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a jurisprudência da Corte Interamericana e o dever de controle de convencionalidade. O caso testa hierarquia dos tratados, diálogo entre Constituição e direitos humanos, e diferença entre controle de constitucionalidade e convencionalidade.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Tratado de direitos humanos com rito qualificado	Aprovado em cada Casa, em dois turnos, por três quintos	Equivale a emenda constitucional.
Tratado de direitos humanos sem rito qualificado	Incorporado regularmente, mas sem quórum de emenda	Tem posição supralegal segundo entendimento consolidado.
Controle de convencionalidade	Compatibilidade da norma interna com tratados de direitos humanos	Juízes e autoridades devem interpretar e aplicar normas em diálogo com obrigações internacionais.
Sistema interamericano	Comissão e Corte Interamericana atuam na proteção regional	Decisões e parâmetros influenciam deveres do Estado brasileiro.
Revista vexatória	Medida invasiva, geral e degradante, sem individualização	Viola dignidade e intimidade; deve ser substituída por meios menos lesivos.

### Fundamento legal em passos numerados

- Identifique se a questão pergunta por Constituição, tratado ou ambos. Direitos humanos em OAB frequentemente pedem diálogo de fontes, não escolha isolada.
- Hierarquia depende do modo de aprovação. Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado têm status de emenda constitucional; os demais ocupam posição supralegal.
- Controle de convencionalidade não é exclusividade de tribunal internacional. Autoridades nacionais devem evitar aplicação de norma interna incompatível com tratado de direitos humanos.
- Em medidas de segurança prisional, a prova cobra proporcionalidade: segurança pública é legítima, mas não autoriza tratamento degradante e generalizado.

- Revista íntima vexatória em familiares sem suspeita individualizada tende a ser ilícita por violar dignidade, intimidade e presunção mínima de respeito à pessoa.
- O candidato deve evitar a resposta soberanista absoluta. O Estado mantém soberania, mas assumiu obrigações internacionais que vinculam seus órgãos internos.

### **Pegadinha da banca**

A FGV costuma formular a alternativa “tratado internacional é mera recomendação” para pegar quem ignora o bloco de direitos humanos. Também coloca “lei estadual posterior revoga tratado”, o que erra a ideia de supralegalidade e controle de convencionalidade. Outra armadilha é confundir controle de convencionalidade com controle concentrado de constitucionalidade: a questão pode exigir que juiz nacional deixe de aplicar norma incompatível no caso concreto. Em revista prisional, o erro é aceitar qualquer invasão em nome da segurança, sem proporcionalidade.

### **Questão original estilo FGV**

Lei estadual autoriza revista íntima vexatória e generalizada de familiares de presos. Defensoria invoca a Convenção Americana e parâmetros interamericanos. O Estado afirma que juiz nacional não pode afastar lei por tratado. Assinale a afirmativa correta.

- A. Tratados de direitos humanos são sempre meras recomendações políticas sem efeito interno.
- B. Juízes nacionais podem realizar controle de convencionalidade, e norma interna incompatível com tratado de direitos humanos pode deixar de ser aplicada no caso concreto.
- C. Lei estadual posterior sempre revoga tratado de direitos humanos incorporado ao direito brasileiro.
- D. Revista vexatória generalizada é válida sempre que alegada segurança penitenciária.

Gabarito: B. O controle de convencionalidade exige compatibilidade da norma interna com tratados de direitos humanos. Segurança prisional não elimina dignidade, intimidade e proporcionalidade.

**Visual substantivo sugerido**

Tratado tem força interna?	Foi incorporado regularmente?	Sim, produz efeitos conforme hierarquia.
Status é constitucional?	Houve rito de emenda?	Se sim, equivale a emenda; se não, pode ser supralegal.
Lei contraria tratado?	Há incompatibilidade no caso?	Aplicar controle de convencionalidade.
Segurança justifica revista?	Medida é degradante e generalizada?	Proporcionalidade reprova excesso.
Corte Interamericana importa?	Brasil integra sistema regional?	Parâmetros vinculam deveres estatais.

**Quadro de erro típico**

“Tratado não limita lei interna”	Ignora supralegalidade e obrigações internacionais	Verificar hierarquia e convencionalidade.
“Só STF controla tratado”	Controle de convencionalidade pode ocorrer no caso concreto	Juiz nacional também interpreta compatibilidade.
“Presídio permite qualquer medida”	Segurança não autoriza degradação indiscriminada	Exigir necessidade, adequação e proporcionalidade.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Lei interna contraria tratado de direitos humanos; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Controle de convencionalidade vincula juiz nacional; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Proporcionalidade reprova revista vexatória. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Lei interna contraria tratado de direitos humanos
Discriminador que separa institutos parecidos	Controle de convencionalidade vincula juiz nacional
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Proporcionalidade reprova revista vexatória

## Bloco 15 — Internacional e Filosofia Jurídica: competência, tratados e interpretação

### Enunciado-tipo FGV com dados do caso

#### Bloco 15 — Internacional e Filosofia Jurídica: competência, tratados e

Foro em Lisboa + execução no Brasil



Cláusula estrangeira é relevante, não absoluta



Interpretar por texto, conexão, boa-fé e função social

Empresa brasileira celebra contrato de prestação de serviços digitais com empresa portuguesa, prevendo entrega no Brasil, pagamento em euros e cláusula de eleição de foro em Lisboa. O serviço falha, consumidores brasileiros são afetados indiretamente e a empresa brasileira pretende ajuizar ação no Brasil. No parecer, um advogado afirma que a cláusula estrangeira sempre impede jurisdição brasileira. Outro sustenta que o juiz deve interpretar o contrato apenas pela literalidade, sem considerar boa-fé, função social ou proteção de terceiros. O caso combina direito internacional privado, competência internacional, eleição de foro e filosofia/hermenêutica jurídica.

### Tabela de enquadramento jurídico com discriminadores

Competência internacional concorrente	Réu domiciliado no Brasil, obrigação a cumprir no Brasil ou fato ocorrido no Brasil	Judiciário brasileiro pode ser competente conforme conexão legal.
Cláusula de eleição de foro estrangeiro	Deve ser válida, expressa e analisada conforme limites legais	Pode afastar jurisdição em certas hipóteses, mas não de modo absoluto.
Contrato internacional	Elementos de conexão: partes, moeda, local de execução, foro e lei aplicável	Exige leitura das conexões relevantes.
Boa-fé objetiva	Padrão de lealdade, cooperação e confiança	Orienta interpretação e deveres laterais.
Função social do contrato	Contrato não é ilha isolada quando impacta terceiros e ordem jurídica	Limita leitura puramente individualista.

### Fundamento legal em passos numerados

- Levante os elementos de conexão. Nacionalidade das partes, domicílio, local de cumprimento, moeda e foro não têm todos o mesmo peso.
- Verifique se há hipótese de competência brasileira. Obrigação a ser cumprida no Brasil ou fato com efeitos relevantes no Brasil pode sustentar jurisdição nacional.
- Analise a cláusula de eleição de foro. Ela importa, mas não deve ser tratada como fórmula mágica que sempre elimina competência brasileira, especialmente quando

há limites legais ou interesses protegidos.

- Na interpretação contratual, rejeite literalismo absoluto. Boa-fé objetiva cria deveres de informação, cooperação, mitigação de danos e coerência.
- Função social não destrói autonomia privada; ela impede que o contrato seja usado contra valores jurídicos relevantes ou terceiros afetados.
- Em prova, a alternativa correta costuma equilibrar autonomia da vontade, conexão territorial e princípios interpretativos, evitando respostas absolutas.

### **Pegadinha da banca**

A FGV gosta de alternativas com “sempre” e “nunca”. “Foro estrangeiro sempre impede ação no Brasil” é forte demais. “Boa-fé permite ao juiz reescrever qualquer contrato” também é forte demais. O caminho correto é ponderado: respeitar autonomia privada quando válida, mas reconhecer limites legais, competência concorrente e princípios interpretativos. Em filosofia jurídica, o erro é achar que interpretação é só dicionário. Texto importa, mas contexto, finalidade, boa-fé e integridade do sistema também importam.

### **Questão original estilo FGV**

Contrato entre empresa brasileira e portuguesa prevê foro em Lisboa, entrega de serviço no Brasil e pagamento em euros. Após falha do serviço com efeitos no Brasil, discute-se competência e interpretação contratual. Assinale a afirmativa correta.

- A. Foro estrangeiro sempre impede qualquer ação perante o Judiciário brasileiro.
- B. Elementos de conexão podem sustentar competência brasileira em hipóteses legais, e a interpretação contratual deve considerar boa-fé e função social, não apenas literalidade.
- C. Boa-fé objetiva permite ignorar completamente a cláusula contratual válida sem fundamentação.
- D. Moeda estrangeira torna o contrato automaticamente imune à jurisdição brasileira.

Gabarito: B. A cláusula de foro é relevante, mas não absoluta. A interpretação jurídica contemporânea considera texto, conexão, boa-fé, função social e limites legais.

**Visual substantivo sugerido**

Entrega no Brasil	Há obrigação a cumprir no país?	Pode haver competência brasileira.
Foro em Lisboa	Cláusula é válida e aplicável?	Relevante, mas não automática.
Efeitos no Brasil	Há conexão territorial ou proteção local?	Fortalece análise nacional.
Literalidade isolada	Basta ler palavra por palavra?	Não; boa-fé e finalidade orientam.
Terceiros afetados	Contrato impacta esfera externa?	Função social entra no raciocínio.

**Quadro de decisão para alternativas absolutas**

Sempre	Direito internacional privado depende de conexão	Conferir hipóteses legais e validade da cláusula.
Nunca	Autonomia da vontade existe, mas tem limites	Ponderar foro, execução e efeitos.
Apenas literal	Hermenêutica jurídica não é leitura mecânica	Usar texto, contexto, boa-fé e finalidade.
Imune à jurisdição	Moeda ou nacionalidade não bastam	Procurar domicílio, obrigação e fato.

**Fechamento de prova**

Antes de avançar, reduza o bloco a uma cadeia de decisão: Foro em Lisboa + execução no Brasil; em seguida, confirme o discriminador jurídico central: Cláusula estrangeira é relevante, não absoluta; por fim, elimine a alternativa que não produz a consequência correta: Interpretar por texto, conexão, boa-fé e função social. Esse treino evita marcar resposta familiar, mas juridicamente deslocada.

Dado que puxa o tema	Foro em Lisboa + execução no Brasil
Discriminador que separa institutos parecidos	Cláusula estrangeira é relevante, não absoluta
Consequência que precisa aparecer na alternativa correta	Interpretar por texto, conexão, boa-fé e função social

**Próximo passo na trilha adaptativa inteligente**

O guia organiza os discriminadores jurídicos mais recorrentes da primeira fase. Para transformar revisão em rotina, use a trilha adaptativa inteligente do AprovaOAB para priorizar disciplinas fracas, revisar questões por tema e acompanhar evolução semanal até a prova.

AprovaOAB Primeira Fase	Revisão por disciplinas, questões e simulados progressivos	aprovaob.pro
AprovaPRO Loja	Materiais comerciais de revisão rápida e aprofundamento	aprovapro.com.br

## Diagnóstico de Ponto Cego

O melhor uso deste PDF é transformar erro em mapa. Marque abaixo o tipo de falha que mais apareceu durante a leitura e use o QR code para abrir a trilha adaptativa inteligente já com a origem deste produto registrada.

Troca de instituto	Marca mandado de segurança quando o caso pede habeas data	Itens com mesmo tema e instrumento diferente medem discriminação
Fundamento abstrato	Aceita preventiva por gravidade genérica	Itens com dados concretos e distratores retóricos medem precisão
Regra e exceção	Transforma falta leve em justa causa	Itens graduados medem dificuldade progressiva
Lei sem consequência	Decora artigo, mas não aplica efeito jurídico	Itens por competência e consequência medem transferência



[https://aprovaob.pro/trilha?utm\\_source=produto\\_pdf&utm\\_content=guia-high-yield-oab-primeira-fase-2026](https://aprovaob.pro/trilha?utm_source=produto_pdf&utm_content=guia-high-yield-oab-primeira-fase-2026)